

Votação só com acordo regimental

São os destaques, agora, os novos complicadores da reforma agrária

Com o surgimento de um novo elemento complicador — o amparo do regimento para apresentação de destaques para votação em separado (DVS) nesta fase — a votação da polémica reforma agrária deverá ser novamente adiada, desta vez para amanhã à tarde. Dependendo do DVS para excluir a propriedade produtiva das desapropriações para efeito de reforma agrária, o **Centrão** se prepara para defender parecer da Mesa da Constituinte que permite os destaques. Do outro lado, para garantir o texto do relator Bernardo Cabral, que esperam aprovar com certa facilidade, as esquerdas lideradas pelo senador Mário Covas prometem chegar ao plenário munidas de um arsenal para arguir o parecer de Ulysses Guimarães.

— Mesmo que tenha sido um parecer emitido pela Mesa da Constituinte, a mim me parece que é discutível — argumentou o senador Mário Covas, anunciando que, a princípio, manterá a emenda coletiva apresentada com 324 assinaturas. Se o texto do relator vier a ser aprovado, a emenda fica prejudicada, o que não impede entretanto que alguns pontos possam ser objeto de destaque.

A contestação da validade dos DVS para esta situação do buraco negro será sustentada a partir do argumento de que nenhum texto foi aprovado ainda sobre a reforma agrária — nem o do relator nem a emenda coletiva — não cabendo o destaque para votação em separado. De acordo com o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT/SP), o DVS foi criado pelo **Centrão** quando da modificação do regimento interno, para uma situação específica, não sendo prevista para os casos de buracos negros. "Estamos aplicando neste ponto parte do regimento interno original, não alterado pelo **Centrão**. O DVS foi uma criação posterior e achamos que não tem validade nesta questão específica".

Se a decisão final da Mesa for pela aceitação do DVS, as esquerdas se articularão no sentido de requerer três destaques ao texto da própria emenda coletiva encaminhada por Mário Covas. Este artifício permite anular a estratégia do **Centrão**, que quer excluir do texto de Cabral a possibilidade de desapropriação das terras produtivas.

“Guerra é guerra. Se eles apresentarem DVS nós vamos seguir o mesmo caminho para retirar todo o artigo que prevê a insusceptibilidade de desapropriação das propriedades produtivas. Se quiserem que o texto permaneça, serão obrigados a colocar 280 em plenário”, alertou o deputado Vicente Bogo (PMDB/RS).

Durante toda a tarde e noite de ontem, Mário Covas permaneceu em seu gabinete, onde analisou com os demais líderes da esquerda as alternativas de votação, na tentativa de armar uma estratégia para conter o **Centrão**. O líder do PCB, Roberto Freire, por exemplo, admite que os dois lados trabalharão com uma pequena margem de manobra. “Depois de aprovar o texto base do relator Bernardo Cabral, a gente vai ser obrigado a colocar 280 votos contra o DVS que será encaminhado por eles. Não tem outra saída”.

A avaliação da véspera feita pelo deputado Antônio Brito (PMDB-RS) é de que as esquerdas têm condições de garantir os 280 votos para manter a parte do texto que será destacada pelo **Centrão**. Esta certeza ele tem a partir do apoio dado pelos líderes do PDS, Jarbas Passarinho e Amaro Neto, além de uma fatia de parlamentares do PTB e PFL, e a unidade do PMDB e de todos os partidos de esquerda. “Não houve nenhum fato novo de quinta-feira até hoje que indique uma mudança de posição neste sentido”, observa o deputado gaúcho.

Ainda pela manhã, o líder do PFL, José Lourenço, enviou a Mário Covas uma proposta de acordo para a votação da reforma agrária. O **Centrão** daria quórum para a aprovação do texto base do relator Bernardo Cabral e, em contrapartida, as esquerdas garantiriam a aprovação do requerimento de DVS que pretendem encaminhar para suprimir o artigo 219. Só que a aprovação do requerimento é por maioria simples do plenário, enquanto, se aprovado, caberia às esquerdas o ônus de garantir 280 votos para manter o texto do relator. O **Centrão** poderia até mesmo se retirar do plenário, pois não precisaria de 280 votos para aprovar o DVS.

Como era previsto, Covas sequer analisou a proposta, mesmo porque vários partidos de esquerda já haviam se posicionado contra a hipótese, como o

PDT. “O texto do Cabral é fácil aprovar. Qual seria a nossa vantagem em aprovar o requerimento deles, já que a desapropriação de terras produtivas que não cumpram a função social é o ponto crucial do desacordo?”, questionava o deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ).

Na opinião do líder Mário Covas, a palavra “acordo” foi colocada na proposta de José Lourenço deliberadamente, quando já havia se esgotado todas as possibilidades de entendimento. “Eles poderão agora nos acusar de não ter aceito o acordo proposto. Mas por que não tentaram a supressão deste dispositivo antes, quando eles é que teriam de ter 280 votos? O problema é que com o DVS nós é que temos de ter os 280 votos. Mas isso não é proposta de entendimento; votar o texto do Cabral é o óbvio se não quiserem aprová-lo. Fica provado que não desejam aprovar coisa alguma”, diz Covas.

RECUOS
Ainda durante a tarde o líder Mário Covas recebeu em seu gabinete um telegrama despachado pelo deputado Dionísio Dal-Prá (PFL/PR), pedindo que seu nome fosse retirado da emenda coletiva encaminhada pelas esquerdas. No telegrama, o parlamentar do **Centrão** se desculpava e diz que assinara mas não autorizara a utilização de sua assinatura para apresentação da emenda. Preocupado, Covas chegou a interrogar o assessor Antônio Araújo, responsável pela coleta da assinatura de Dal-Prá, quando este atendeu ter recolhido o apoio no freio de parlamentares como Alceci Guerra (PFL/PR), Michel Temer (PMDB/SP) e Jacyr Scanagata (PFL/PR), que subscreveram logo abaixo de seu nome.

Pouco preocupado com as informações de que um grupo de pelo menos 80 parlamentares solicitaria a retirada de suas assinaturas, Covas comentou que “seria mais fácil conseguir mais assinaturas do que ser obrigado a retirar a emenda por falta de apoio”. Já o deputado Nelson Jobim (PMDB/RS), considerou que a ameaça fazia parte de mais uma tentativa de “terrorismo” por parte do **Centrão**, uma vez que a emenda já havia sido formalmente apresentada e, não havendo mais prazo para a retirada das assinaturas.

GIVALDO BARBOSA



Fogaça, Fiúza, Cabral e Ulysses: agora o regimento complica reforma agrária

Grupos não põem Programa do PMDB é arma de centrista

O clima ontem no Congresso Nacional era de fim de campeonato. Os dois times em disputa — **Centrão** e de acordo, liderado pelo senador Mário Covas (PMDB-SP), esconderam até a última hora a estratégia do jogo que hoje decidirá o destino da reforma agrária brasileira. Até as 19h30 nenhum pedido de destaque havia chegado à mesa coletiva. As responsáveis por esse serviço aproveitavam a total falta de movimento para colocar em dia afazeres domésticos.

As secretárias sabiam que a calma era passageira. Nas salas ao lado e em frente, os grupos articulavam jogadas e ensaiavam dribles para aplicar no adversário. Covas, de um lado, defendia a tese de que os DVS — destaque para votação em separado — são anti-regimentais nessa fase. Por sua vez o **Centrão** contava com o recurso do

DVS para marcar um gol, retirando do texto de Bernardo Cabral o parágrafo único do artigo 219, que permite a desapropriação do latifúndio que não cumpre sua função social.

Parte da esquerda que não participou do entendimento promovido por Covas tentava uma forma de entrar em campo. Eles pretendiam apresentar o DVS que o grupo ligado ao senador paulista precisava para neutralizar o ataque do **Centrão**, mas que não podia fazê-lo para não romper com o compromisso que resultou no acordo firmado no final de semana, que contou com a participação do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) e dos deputados Deifim Neto (PDS-SP) e Gerson Peres (PDS-PA). O destaque nesse caso suprime o inciso II do artigo 219 do substitutivo de Cabral, que proíbe a desapropriação da terra produtiva.

No vale-tudo patrocinado pelo **Centrão** para salvar as terras produtivas da possibilidade de desapropriação, foi preparado um manifesto a ser divulgado hoje alertando os integrantes da bancada do PMDB que no programa do partido essas propriedades devem ser preservadas. O texto também servirá de resposta ao líder Mário Covas, mostrando que carece de fundamentação qualquer argumentação diferente.

Ontem, o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, mantinha o manifesto sob sigilo, pois esse será mais um trunfo do **Centrão** contra aqueles que insistem em prever a desapropriação para os que descumprirem a função social. O texto, na verdade, separa a parte do programa do PMDB que trata da reforma agrária e defende a penalização dos donos das terras produtivas que pode ser dificultada de acesso a crédito, por exemplo, mas “nunca golpeá-lo com o cutelo da desapropriação”.

Sarney quer a terra produtiva livre de ameaça

O presidente José Sarney e os líderes do governo na Câmara, ontem, pela manhã, no Palácio da Alvorada, a estratégia da votação da reforma agrária. Sarney quer a propriedade produtiva livre da ameaça de qualquer desapropriação, por entender que ela já cumpre a sua função social. Esta é a maior preocupação de Sarney, no momento, porque de acordo com os últimos dados, já está resolvida, porque os cinco anos serão aprovados por 320 votos. A idéia, de acordo com o

deputado Carlos Sant'Anna, líder da maioria e do governo na Câmara, é votar integralmente os destaques com o parecer do deputado Bernardo Cabral, relator da Assembleia Nacional Constituinte, mas apresentar, a partir de hoje, os destaques para votação em separado do artigo que permite a desapropriação das propriedades produtivas. As penalidades para as terras que não cumprem a função social, explicito e parlamentar balano, relativas ao financiamento, multa, o subsídio e incentivo poderão ser definidos através de lei.

Tema é debatido no plenário vazio

As propriedades rurais com menos de 100 hectares produzem 31,4 milhões de toneladas ou 62 por cento do total das safras de mandioca, feijão, milho, arroz, soja e algodão colhidas no País. Os latifúndios acima de 10 mil hectares colhem 468 mil toneladas do mesmo total de produtos básicos, ou 0,09 por cento. Estes dados levantados pelo Censo Agropecuario do IBGE, em 1980, foram apresentados ontem pelo deputado Aldo Arantes (PC do B-GO), na sessão da Câmara que deu continuidade às discussões sobre a reforma agrária. “A conclusão a que podemos chegar diante destes números”, ressaltou o deputado Paulo Ramos, que se utilizou da estatística para ilustrar seu discurso, “é que os latifúndios são improdutivos”.

Este foi o assunto mais discutido na tarde de ontem, na sessão que não registrou nunca um quórum acima de 10 presentes. Enquanto as lideranças partidárias negociavam um acordo sobre o capítulo da reforma agrária, os deputados destacavam o assunto em seus discursos, principalmente no horário destinado às comunicações de lideranças. O deputado Gerson Peres (PDS/PA), falando pela sua bancada, não entrou no mérito da questão mas lançou um apelo e um esclarecimento a todos aqueles que vêm impedindo um acordo sobre a matéria, com a fixação de normas para a desapropriação da propriedade produtiva. “Isto não é nenhuma novidade”, disse ele. “Há 20 anos a legislação já trata da questão, no Estatuto da Terra, e nem por isso o mundo veio abaixo”.

O grande ponto de impasse da Constituinte foi debatido também pelo deputado Vicente Bogo (PMDB/RS), com base em uma análise feita pelo ex-presidente do INCRA, José Gomes da Silva. Bogo se deteve na avaliação da expressão “propriedade produtiva”, que para a Agronomia significa estabelecimento agropecuario que não está sendo utilizado satisfatoriamente.

Ele acredita que se a Constituinte fixar a insusceptibilidade de desapropriação destas áreas, há o risco de um proprietário recorrer à Justiça se utilizando do significado semântico do termo, já que “produtiva” é sinônimo de “fértil”. Se passar este conceito, como analisou Bogo, “restarão apenas, para serem desapropriadas, as terras improdutivas”.

O deputado Fernando Santana (PCB/BA) ressaltou que a grande luta dentro da Constituinte “não é nada mais que a manutenção ou a mudança de uma tradição brasileira, a marcação de latifúndios”. Em uma retrospectiva feita em menos de cinco minutos ele concluiu que fomos colonizados na base do latifúndio e “ainda hoje a apropriação da terra se faz nos mesmos moldes das áreas imensuráveis, quando 3,9 por cento dos proprietários rurais detêm 52,3 por cento de toda área agricultável do País”.

O grande ponto de impasse da Constituinte foi debatido também pelo deputado Vicente Bogo (PMDB/RS), com base em uma análise feita pelo ex-presidente do INCRA, José Gomes da Silva. Bogo se deteve na avaliação da expressão “propriedade produtiva”, que para a Agronomia significa estabelecimento agropecuario que não está sendo utilizado satisfatoriamente.

Ele acredita que se a Constituinte fixar a insusceptibilidade de desapropriação destas áreas, há o risco de um proprietário recorrer à Justiça se utilizando do significado semântico do termo, já que “produtiva” é sinônimo de “fértil”. Se passar este conceito, como analisou Bogo, “restarão apenas, para serem desapropriadas, as terras improdutivas”.

Centrão diverge sobre regimento

A divisão do **Centrão** a respeito do comportamento em plenário na votação da reforma agrária é basicamente regimental: uma parte não quer votar a favor do texto do relator sem antes assegurar a aprovação do requerimento de DVS; a outra entende que, pelo regimento, isso não é necessário e quer votar a emenda Cabral. As divergências serão sanadas numa reunião marcada para hoje cedo.

Os articuladores do **Centrão** estavam certos, ontem, de ter conquistado o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para a tese de que o requerimento de DVS é automático, na medida em que o artigo 8º do regimento só trata deste tipo de destaque ao projeto e substitutivo, enquanto o 10º no seu parágrafo único (trata do buraco negro) estipula que um DVS, neste caso, requer apenas o apoio de 187 assinaturas. Isso, o

Centrão possui. Segundo os centristas, presidente Ulysses Guimarães admite que não precisa mesmo aprovar o requerimento porque ele é automático, mas preferiu resguardar de divulgá-la posição antes de obter o entendimento das lideranças dos demais partidos que discordam do objetivo do **Centrão**: resguardar a terra produtiva de desapropriação.

As divisões dentro do **Centrão** podem ser pladas pelas frases de dois de seus principais articuladores. O deputado José Lins disse ontem que “é melhor o buraco branco do que a faca nos peitos do sistema produtivo”, enquanto, logo depois, Ricardo Juza considerava “uma xcrecência, a falência da classe política, se omitir num assunto desta importância”. Eles e mais o deputados Luiz Roberto Ponte, Gilson Machado, Alisson Pauli-

neili, Rosa Prata, Benito Gama e Jorge Viana passaram ontem no gabinete do líder do Governo, Carlos Sant'Anna, discutindo a questão regimental. Uma parte entende que o dão o DVS ou não tem nada sobre reforma agrária na Constituinte; outra acha que o DVS é automático e podem votar o texto Cabral sem medo, pois caberá aos progressistas reinsertir a parte destacada através de 280 votos positivos.

O **Centrão**, contudo, reconheceu que a cautela mantida pelo presidente Ulysses Guimarães em tentar compatibilizar as duas correntes tem o objetivo de fazer com que a aprovação do texto Cabral se dê com margem significativa de votos. Depois, se o **Centrão** quiser e tiver os mais de 280 votos, como assegura, votará o mérito da desapropriação da terra produtiva.

Lourenço convoca força máxima

“Vamos bater chapa. Preciso de você em Brasília”. Essas eram as palavras de ordem, com as quais o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), convocava ontem por telefone vários integrantes do **Centrão** para a votação hoje do capítulo da Reforma Agrária. Municiado com dois destaques para votação em separado, o **Centrão** preferiu não apresentar emenda coletiva a exemplo dos constituintes do PMDB e das esquerdas. Com base no projeto elaborado pelo relator Bernardo Cabral, os centristas vão tentar suprimir do texto constitucional qualquer referência à desapropriação de terras produtivas. O restante da proposta de Cabral não encontra sérias resistências dentro do **Centrão**.

BATER CHAPA

No entanto, um dos articuladores centristas, o deputado José Lins (PFL-CE), admitiu que o grupo poderá vir a rejeitar o projeto do relator Cabral caso não haja um acordo prévio com o PMDB e com os políticos de esquerda para a aprovação do requerimento que legaliza apresentação dos destaques em separado.

Pelo regimento termo da Constituinte, para que os destaques em separado sejam votados, o plenário

(maioria simples) tem que se manifestar favoravelmente.

Segundo Lins, se o acordo prévio não for possível, o **Centrão** terá número suficiente para rejeitar a proposta do relator e, em seguida, emenda coletiva assinada pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP). Se ambos os textos forem rejeitados, o capítulo da Reforma Agrária será, automaticamente, excluído do texto permanente da nova Constituinte.

O constituinte José Lins arantiu, porém, que se houver um acordo para a apresentação dos destaques em separado, conforme exigência do **Centrão**, o texto do deputado Bernardo Cabral será aprovado. Ele acrescentou que, com exceção do parágrafo único (artigo 219) que permite a desapropriação, de terras produtivas que não estiverem cumprindo com sua função social, o restante da proposta já havia sido objeto de diversas discussões entre os negociadores do **Centrão**, da UDR e das esquerdas na Constituinte.

José Lins criticou duramente o fato de o relator Bernardo Cabral ter insistido na tese da desapropriação de terras produtivas uma vez que o assunto é o ponto de discordância entre os negociadores. “Ficamos na mesma posição”. O texto com esse parágrafo pro-

vocará uma tragédia no setor agrícola que ficará destimulado a produzir.

UDR MOBILIZA

O gabinete do **Centrão**, localizado no corredor das Comissões, na Câmara dos Deputados, foi transformado num escritório da União Democrática Ruralista. Desde cedo, os funcionários se ocupavam em telefonar para os integrantes centristas, lembrando-os da votação de hoje. Centenas de ruralistas também virão a Brasília para acompanhar as votações.

A expectativa é de que pelo menos 520 constituintes estejam presentes em Plenário. Com esse quórum, o constituinte José Lins garante que o **Centrão** obterá maioria para a aprovação de suas teses em Plenário.

As 324 assinaturas que constam da emenda coletiva apresentada pela liderança do PMDB na Constituinte foi alvo de muitas críticas do **Centrão**. O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), afirmou que cerca de 70 assinaturas não têm valor algum, porque os constituintes a assinaram equivocados. “Muitos assinaram porque lhes haviam dito que não se tratava de emenda coletiva mas sim de destaque para votação em separado”, justificou o líder pefelista.